

Tecendo novos arranjos sociais: um estudo dos impactos de um empreendimento solidário na Comunidade Rural Córrego do Açude de Ituiutaba/MG

Maria Raquel Caixeta Gandolfi¹

Peterson Elizandro Gandolfi²

Cintia Rodrigues de O. Medeiros³

Valdir Machado Valadão Jr.⁴

Rodrigo Miranda⁵

RESUMO

A emergência e a legitimação dos empreendimentos solidários vêm ocorrendo em diversos setores, tais como educação, saúde, transporte, todos com o objetivo de promover ações de interesse geral. A economia solidária e a economia social, conceitos que surgem no contexto europeu, particularmente, francês, fundamentam-se em experiências de iniciativas da comunidade capazes de gerar formas alternativas de ação pública, não se constituindo nem em uma forma de organização capitalista, nem em uma ação do Estado. Este artigo analisa a influência desses novos arranjos socioprodutivos no contexto da economia solidária que contribuem para a construção do processo de territorialização de uma comunidade sob o ponto de vista de sua identidade, de sua história e de suas relações sociais, conforme alguns parâmetros de avaliação presentes em projetos de economia solidária. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com uso de recursos quantitativos. Utiliza-se de um estudo de caso da comunidade rural Córrego do Açude de Ituiutaba, Minas Gerais, a título de ilustração. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com membros da comunidade e documentos disponibilizados pela mesma. A partir da análise de quatro categorias, os resultados apontam que os fundamentos da economia solidária influenciam no

¹ Mestre em Economia. Professora da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal. E-mail: raquel@pontal.ufu.br

² Mestre em Administração. Doutorado em Administração (em curso) – Fundação Getulio Vargas – Professor da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal. E-mail: peterson@pontal.ufu.br

³ Mestre em Administração. Doutorado em Administração (em curso) – Fundação Getulio Vargas – Professora da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: cintia@fagen.ufu.br

⁴ Doutor em Engenharia da Produção. Professor da Universidade Federal de Uberlândia – E-mail: valdirjr@ufu.br

⁵ Mestre em Administração. Doutorado em Administração (em curso) – Fundação Getulio Vargas – Professor da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: rodmiranda@netsite.com.br

território quanto aos aspectos de sua história, de suas relações sociais e de sua identidade.

Palavras-chave: Economia solidária, Relações Sociais, Valores.

INTRODUÇÃO

O debate quanto às possíveis rupturas ou continuidades dos processos coletivos, seja em países, em organizações ou em grupos de indivíduos, tem ocupado espaço considerável, nas últimas décadas, no âmbito acadêmico de modo geral e, em particular, na área de gestão social. Estudos propõem análises em diferentes perspectivas e, a despeito do número crescente desses, o tema encontra-se ainda distante de ser esgotado. Nesse contexto, surgem novas formas de arranjos produtivos sob a luz de uma proposta de economia, denominada economia solidária, cujas premissas sustentam-se na construção de formas reais de enfrentamento da falta de trabalho, por meio de uma rede socioprodutiva com o propósito de humanização da produção e da apropriação dos bens, isto é, de circulação de riquezas conforme a necessidade da comunidade.

Para França Filho (2002) e La Ville (2000), as iniciativas da comunidade para gerar formas alternativas de ação pública caracterizam e fundamentam a economia solidária e a economia social, dois conceitos que emergiram no contexto europeu para se referir a formas alternativas à organização capitalista e à ação do Estado. Essas iniciativas, os empreendimentos solidários têm como objetivo promover ações de interesse geral, abrangendo diversos setores na sociedade.

Diante dessas considerações, esta pesquisa analisa a influência desses novos arranjos socioprodutivos no contexto da economia solidária que contribuem para a construção do processo de territorialização de uma comunidade sob o ponto de vista de sua identidade, história e relações sociais, conforme alguns parâmetros de avaliação presentes em projetos de economia solidária. O estudo enfatiza a importância do fortalecimento da dimensão política nas comunidades, por meio da maior organização e reforço do seu tecido associativista, importante, conforme Swedberg (2005), para o entendimento territorial.

A comunidade rural Córrego do Açude, composta de cento e duas famílias, localizadas no município de Ituiutaba-MG constitui-se no objeto de análise do presente estudo. Após um processo de desterritorialização, ocorrido a partir do aumento de plantio de cana-de-açúcar, essa comunidade começou a se territorializar com o surgimento de novos arranjos socioprodutivos locais decorrentes do desenvolvimento de artesanatos preconizado pelas produtoras rurais. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que se utiliza de forma complementar, da abordagem quantitativa. O método de procedimento é o estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com membros da comunidade e documentos disponibilizados pela mesma.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente foram discutidos os fundamentos e conceitos do campo da economia solidária. Em seguida, é feita

uma breve apresentação dos conceitos de território, para, na seção posterior, fazer o entrelaçamento entre economia solidária, território e desenvolvimento. Na sequência foram apresentados os procedimentos metodológicos, os resultados alcançados e, por fim, foram tecidas as considerações finais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: DEMARCAÇÕES FUNDAMENTAIS E CONCEITUAIS

A origem da Economia Solidária tem sido amplamente debatida nos últimos anos. Conforme Singer (2002, p.24), “a Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e pela organização fabril da produção”. A Economia Solidária surge na Europa, por meio do sistema de cooperativismo (experiências associativistas: operários de sociedade de socorro mútuo unidos pelo ideário da cooperação e da associação). Nessa perspectiva, a origem histórica da Economia Solidária tem uma ligação intrínseca com a crítica operária e socialista ao capitalismo. O programa de Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas opostas a esse modo de produção.

França Filho (2002) discute as diferenças entre terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular a partir da abordagem dominante do terceiro setor, a anglo-saxônica, cujos pressupostos são sustentados pela economia neoclássica e por uma visão liberal da economia, considerando-o um espaço intermediário entre o Estado e o mercado. Para esse autor, assim como para La Ville (2000), a existência do terceiro setor, na tradição anglo-saxônica, é justificada pelo papel que desempenha em termos de ação pública, papel fundamental do Estado. Contrastando com essa ideia, a economia solidária e a economia social, fundamentam-se em experiências de iniciativas da comunidade capazes de gerar formas alternativas de ação pública, não se constituindo nem em uma forma de organização capitalista, nem em uma ação do Estado.

Ao investigar as particularidades da gestão das organizações da economia solidária, Andion (2005) também questiona a denominação de terceiro setor para abarcar organizações que possuem características diferentes em sua forma institucional e que desempenham diferentes papéis. Essa autora apresenta uma classificação das organizações que atuam no campo social em três grupos, conforme sua interface com o Estado, o mercado e a sociedade civil. O primeiro grupo, denominado de economia social, abarca as organizações que têm como função a produção de bens e serviços, como, por exemplo, as cooperativas de trabalho. No segundo grupo, denominado de financiadores, estão inseridos os institutos, fundações empresariais e políticas, dentre outras que atuam na distribuição de recursos, aproximando-se, dessa forma, do papel do Estado. E, no terceiro grupo, chamado economia solidária, estão inseridas “as organizações criadas a partir da mobilização da sociedade civil e que não possuem fins lucrativos” (ANDION, 2005, p. 84), tais como as organizações da economia solidária e as filantrópicas.

As cooperativas e associações de produção autogestionárias são exemplos de empreendimentos solidários e têm como fator de crescimento o alto índice de desemprego, que tem excluído milhões do mercado formal brasileiro. “Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas de discriminação por gênero e raça - a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania” (SINGER, 2002).

Para Quintela e Arruda (2000), a economia solidária se manifesta em cooperativas, associações e grupos de produção autogestionários de trabalhadores, em redes de trocas de saberes, de bens e serviços, utilizando-se escambo ou moedas criadas pela própria comunidade, em diversas formas de empreendimentos de comércio justo entre os hemisférios Sul e Norte, em inúmeras iniciativas de controle cooperativo do crédito e da poupança dos trabalhadores, em novos modelos de consumo que tomam a ética, na relação com os outros e com a natureza, como referencial principal para a definição do que comprar e do que produzir.

A economia solidária se fundamenta em experiências, tendo em comum o fato de estarem assentadas em traços constitutivos de solidariedade, cooperativismo, mutualismo e autogestão comunitária, conformando uma racionalidade específica, distinta daquela baseada apenas na lógica do mercado e do lucro (SINGER, 2002). A civilização econômica é, por essência, não solidária porque se constrói exclusivamente na base da concorrência e da competitividade. E a competição entre os homens gera conflitos, mecanismos contrários à harmonia, e abre caminho para a incerteza e para o oportunismo, cujo espaço, ao crescer, contribui para a crise da economia e da sociedade. Nesse sentido, a Economia Solidária difere da economia de mercado que separa oferta e demanda. A oferta ou serviços prestados vinculam-se exclusivamente às necessidades ou às demandas reais vividas localmente pelas populações. Enquanto a economia de mercado tende a excluir os “menos aptos” do mercado de trabalho, a economia solidária lida com uma pluralidade de princípios econômicos mediados pela lógica da dádiva.

O econômico, em sentido estrito da ciência normal, é distante de uma sociedade solidária, sociedade esta baseada na confiança, e que é fundamentada em vínculos sociais. Conforme Zaoul (2006, p.185),

“O pleno desenvolvimento das categorias da visão econômica do mundo introduz inelutavelmente o cinismo, a falcaturia, o cálculo, a incerteza nos comportamentos de uns e outros, uma falta de moral que acaba voltando-se contra a postulada eficácia do próprio mercado.”

O contexto de uma economia solidária leva também à necessidade da visão pluralista da humanidade, em que as relações solidárias, os vínculos sociais, a tolerância, a cooperação, a identidade e os valores de um grupo se fortalecem. Na economia pura, o lucro é o motor de tudo, em que não se compreende que sociedades estejam em situação de bem-estar sem acumular capital produtivo. Zaoul (2006, p.197) entende que a hegemonia da economia de mercado deve ser quebrada de modo a “preservar a variedade das outras formas de vida, das quais precisa a própria economia sob pena de se destruir”. Segundo o autor, é esse o

caminho para a redefinição de um “conjunto das regras de funcionamento da sociedade, já que o mercado não será mais a única bússola do desempenho e da organização da sociedade”.

Vasconcellos (2007) aponta, como um traço distintivo das iniciativas associativas e solidárias, a importância atribuída aos laços culturais e às relações de parentesco, de vizinhança e às relações afetivas, não motivadas pela ideia de maximização do lucro, o que não implica que ele não esteja presente; fala-se aqui de lucro social. Tais relações econômicas não se encontram totalmente sujeitas ao mercado (mas interagem com ele), nem a controles burocráticos. É por meio dessas relações que as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma autossustentável, sem dependerem de redes instituídas de filantropia (VASCONCELLOS 2007). Nesse sentido, identificam-se valores similares na proposta de economia solidária e de territórios, tais como: (a) o fortalecimento das relações sociais; (b) a autossustentabilidade dos grupos; (c) a noção de pertencimento; (d) o desenvolvimento de valores sociais como a cooperação, a reciprocidade, a confiança, o capital social. Na interpretação de Granovetter (1985), as relações sociais, mais que os dispositivos institucionais ou a moral generalizada, são os principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica.

Esses pressupostos norteiam algumas diretrizes e fundamentos de uma Economia Solidária que incorre na autogestão, no estabelecimento de um novo relacionamento entre economia e sociedade, e criam novas possibilidades de sustentação das formas de vida dos indivíduos, não centradas apenas nas esferas do Estado e do mercado.

Em relação às perspectivas da Economia Solidária, Singer (2002) sinaliza uma projeção de crescimento acelerado para o seu futuro. Segundo o autor, trata-se de uma possível resposta ao fracasso do capitalismo em sua promessa de integrar, em sua economia, todos os membros da sociedade que têm o desejo de trabalhar. Nesse sentido, a economia solidária é uma alternativa ao sistema capitalista, principalmente no sentido de abarcar perspectivas e sonhos de pessoas desprovidas de esperança e descrentes de uma realidade mascarada, em que somente os mais aptos e mais competitivos sobrevivem.

TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O conceito de território, na visão de Ortega (2008), adquiriu caráter polissêmico ao tornar-se palco de interesse de cientistas, governos e agências multilaterais que utilizam o enfoque territorial em importantes debates que ocorrem em tempos de globalização.

Conforme Ortega e Sabel (2007), as estratégias de desenvolvimento territorial começam a tomar um novo rumo, a partir de meados de 1980, devido a cinco principais razões: (1) A Reformulação do papel do Estado, a partir de meados dos anos 80, fruto de uma nova realidade histórica de falência do sistema centralizado estatista; (2) A demanda vinda das comunidades locais, querendo

participar da formulação e implantação dos programas; (3) A promulgação da Constituição de 1988, iniciando um processo de descentralização político-administrativa com distribuição de responsabilidades e poder decisório para os Estados e municípios, reduzindo, assim, o peso da união; (4) As recomendações de instituições internacionais, como o Banco Mundial, que passou a recomendar o desenvolvimento local como política de redução de obrigações dos Estados e tentativa de equilibrar as contas públicas; e (5) a influência das experiências da Terceira Itália e do programa LEADER - política de desenvolvimento rural europeu - no Brasil.

Brandão (2007) afirma que “se enraizamento, contexto e territorialização viraram pontos decisivos das discussões acadêmicas é porque o mundo vem destruindo todas as permanências”. Quando se pensa em territórios, a identidade é importante porque se necessita do esforço coletivo. Essa identidade envolve a construção de “lugares” (quase sempre, associa-se a identidade com lugar físico). Além da identidade, um território deve ser constituído por relações sociais, e história (que requer a existência de passado e repetição, em que a repetição dos eventos ensina e, ao ensinar, limita os oportunismos). Essa história está também relacionada com tempo e enraizamento.

Para Haesbaert (2006), o conceito de território assenta-se em uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). Nesse contexto, o autor parte de três pressupostos para conceituar território: (1) Território como relações de poder relativamente homogêneas com “controles de acesso”; (2) Território como rede, centrado no movimento e na conexão; (3) Território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural).

Haesbaert (2006) reconhece três relações interdependentes na definição de território: (1) a Territorialidade envolve uma forma de classificação por área (restringindo a noção de território que chamaremos território-zona); (2) a Territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira; (3) a Territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área (dentro e fora dela). Em síntese, a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle.

Para contextualizar a visão de território, a leitura de Haesbaert (2006) é importante, pois parte da própria noção de que está havendo, junto ao projeto neoliberal e à globalização, uma desterritorialização, em que os territórios (geográficos, sociológicos, afetivos) estão sendo destruídos juntamente com as identidades culturais (ou no caso territoriais) e o controle (estatal, principalmente) sobre o espaço.

Conforme esse autor, nesse sentido, desterritorialização pode significar estranhamento que é também desculturização e que, junto com a globalização, tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias, ou seja, desterritorializam-se pessoas, coisas e ideias. A desterritorialização tende a destruir também as identidades culturais, e o controle sobre o espaço. Outra leitura sobre território

está vinculada a Reis (2007), cuja defesa é no sentido de que as territorializações da economia criam diversidade que permite se pensar “trajetórias inesperadas” que cria a inserção. Nesse aspecto, tenta-se articular o projeto da Economia Solidária com o objetivo de promover a inserção, principalmente, dos “desterritorializados”. Enquanto a economia globalizada torna os espaços mais fluidos, a cultura e a identidade ressitua (reterritorializa) os indivíduos em micro ou mesoespaços (regiões, nações), em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas. A cultura, a tradição e a história mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade, e o modo como elas valorizam a terra.

Em relação ao pano de fundo para entender os territórios, parte-se da noção de que esses se fundamentam na leitura de Reis (2007), a partir do cimento sólido das instituições, que são artefatos resultantes da interação humana, associadas a hábitos, ação coletiva, regra, cultura e normas. As instituições, conforme esse autor, contêm, em si mesmas, a mudança; porém, não se pode desprezar a existência da vida coletiva, de conflito, de cooperação, de desequilíbrios, de eficiência e de desperdício e, sobretudo, da presença de agentes ativos e irracionais. É um processo de vida, um lugar construído pela experiência e pela razão. Não é um mundo revelado, e, sim, um mundo observável, no qual surgem formas de enquadramento coletivo, processos cumulativos de causalidade aberta e pragmática. A perspectiva institucionalista pressupõe a complexidade, a incerteza, os processos dinâmicos, as contextualidades e as genealogias. Além disso, as instituições oferecem mecanismos pelos quais os indivíduos transcendem dilemas sociais, resultando a noção de que as economias, nas suas diversidades, comportam vários mecanismos de coordenação, não se limitando a estarem sujeitas à regra única do mercado como mecanismo exclusivo e local.

O Institucionalismo tem uma visão crítica da teoria da convergência em que se fundamenta o pensamento neoclássico, ou seja, um único caminho representando um ponto de chegada necessário. Nesse aspecto, o que fundamenta o cimento sólido dos territórios é o caminho da divergência e da construção social, em que as sociedades e as economias, como a vida, são campos de interações ilimitadas (REIS, 2007).

Seguindo essa linha da divergência, conforme Brandão (2007), território não deve ser visto como uma variável da análise, um dado da realidade ou um sítio fixado, mas sim uma construção social, por natureza, conflituosa (com desconstrução e construção de poder). Uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto, como reflete as palavras do autor: “O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades” (BRANDÃO, 2007, p.54). O autor chama atenção para as possibilidades de armar contratos sociais territorializados de desenvolvimento, o que envolve entender o território como ligadura, junção e confluência.

Entrelaçando Economia Solidária, Território e Desenvolvimento

O pressuposto da concepção de rede de Economia Solidária para o desenvolvimento local repousa sobre a idéia de que todo território pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas, desde que haja conhecimento sobre as reais potencialidades das pessoas e seu local, investindo-se então em sua capacidade de sustentabilidade territorial (FRANÇA FILHO, 2006).

A Economia Solidária como proposta de desenvolvimento local, segundo França Filho (2006), provoca impactos na (1) organização política, via fortalecimento do associativismo local; (2) na coesão social, via fortalecimento dos laços de solidariedade entre os moradores; (3) na afirmação cultural, via resgate das tradições e memórias de sua própria história; (4) na preservação ambiental, atentando-se para o cuidado com o ecossistema local; e (5) na gestão do conhecimento, via apropriação de novas tecnologias de informação.

A construção territorial pressupõe um projeto (pacto territorial) que vise detonar um processo de desenvolvimento, bem como deslumbrar as potencialidades de um território para vislumbrar um projeto de desenvolvimento. Este processo de desenvolvimento é pensado numa perspectiva de relação de conflitos, em que há o “peso do passado” e a emergência do novo.

Esse processo de desenvolvimento, vinculado à construção de territórios fundamentados nos princípios e valores solidários, parte da leitura de Pollany (1980), para quem as trocas podem ser viabilizadas pelo Estado, pelo Mercado e pela Cooperação, visto que essa última constitui-se no arcabouço teórico da economia solidária. Cooperação pressupõe confiança, participação, autogestão e relações sociais. Nesse aspecto, reportamos a associação desses elementos com o conceito de ação social de Weber (2000). A ação social ocorre com respeito a fins e valores, resultando em decisões também por tradição e afetividade, envolvendo outras relações que não apenas a estritamente econômica, presentes tanto em comunidade, como em organizações representativas. Nesse sentido, o objeto de Weber (2000) está muito próximo à construção de cooperação a partir da leitura de Pollany (1980). Dentro do contexto de cooperação, Begattini (1999) considera que essa fundamenta-se nas relações sociais, no sentimento intenso de pertencimento à comunidade local, na fusão entre o individualismo e o sentido comunitário de forma harmoniosa, e num estado de “desabrochamento pessoal”, em que deve estar presente o capital social.

Uma perspectiva mais sociológica sobre desenvolvimento territorial, apontada por Ortega (2008) e Levesque (2007), é a Nova Sociologia Econômica (NSE), que se fundamenta nas contribuições de Pollany (1980) e Granovetter (1985). Swedberg (2003), também representante da NSE, enfatiza a ideia de Pollany sobre o enraizamento poder coexistir com o conceito de redes, por ele desenvolvido. Associar essa sugestão à tarefa da sociologia econômica seria descrever o modo pelo qual as ações econômicas são estruturadas por meio destas redes. Nesse sentido, pode-se dizer que o projeto de Economia Solidária e Territórios passa também pela construção da nova sociologia econômica, principalmente em dois aspectos fundamentais: (1) o de incrustação; e (2) a

construção social da economia, fundamentando a ação do indivíduo como um ser social, e, por isso, promovendo interações com outros indivíduos movidos tanto por interesses como por ideais.

Para Abramovay (2007), se os territórios podem ser estudados a partir dos laços sociais entre seus atores, é fundamental que se compreenda teoricamente a natureza desses laços, ou seja, a natureza do processo de cooperação em torno do qual se constroem os territórios. Além disso, é necessário compreender que os territórios são mais que mercados e envolvem o Estado, suas diferentes agências, os eleitos locais, os vários tipos de organização da sociedade civil, os partidos políticos e o próprio ambiente cultural de uma determinada região.

Em relação ao conceito de capital social, outro elemento importante na construção de uma Economia Solidária, pode-se dizer que o mesmo ganhou força a partir dos anos 90, e é de suma importância para o processo de desenvolvimento. Para Putnam (2000), a articulação entre sociedade civil e capital social é resultado de inércias históricas e culturais, e existem diversos graus de capital social. O capital social seria um bem que pode maximizar-se de tal modo que, quanto maior o nível de capital social, melhor para a comunidade.

Moyano-Estrada (1999, p. 16), ao analisar a necessidade da autonomia e enraizamento da comunidade na construção do capital social, afirma que se faz necessário que as relações sociais entre seus membros estejam impregnadas de duas dimensões: (1) "*embeddedness*" em relacionarem-se com grupos mais amplos; e (2) "*autonomy*", além da independência de autoridades políticas em relação às elites. O autor aponta, ainda, quatro dimensões do capital social em relação às políticas de desenvolvimento: Integração; Ligação; Interação; e Sinergia. As situações de extremo seria uma primeira situação de individualismo anárquico, em que tais dimensões estão ausentes ou têm valores muito baixos ou nulos.

Já, na situação em que as quatro dimensões tomam valores altos, há uma autonomia positiva ou benéfica. Moyano-Estrada (1999, p.16) atenta para a dificuldade em compreender as possibilidades de políticas de desenvolvimento, sem conhecer as características das relações sociais existentes, tanto em nível micro como macro, e também sem saber como se articulam esses níveis entre si e como este tipo de articulação tem emergido historicamente em cada comunidade. Nesse sentido, ao resgatar as características das relações sociais da comunidade estudada, podemos compreender também as possíveis possibilidades de desenvolvimento local e sustentável dessa comunidade, a partir das categorias a serem analisadas no presente estudo: solidariedade; cooperação; autogestão; e capital social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo busca analisar como o surgimento de novos arranjos socioprodutivos locais, decorrentes do desenvolvimento de artesanatos no contexto da economia solidária, interfere no processo de territorialização da comunidade rural Córrego do Açude. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa combinada com recursos da abordagem quantitativa (GUNTHER,

2006). Adotou-se como método de procedimento o estudo de caso, por esse permitir, conforme Yin (2001), o uso e a exploração de distintas técnicas de coleta e análise dos dados, como uma forma particular de investigar a realidade.

O estudo foi realizado em duas etapas. Na primeira etapa, buscou-se definir, a partir dos fundamentos da Economia Solidária, os parâmetros (cooperação; autogestão; capital social; valores, relação de vínculo e autogestão) que influenciam nas categorias de análise da pesquisa e como essas categorias interferem na construção da identidade, na história e nas relações sociais do território.

Na Fig. 1 verifica-se, por exemplo, como a cooperação e o capital social, parâmetros da economia solidária, influenciam a categoria de análise do trabalho em grupo e das relações familiares, e como essas interferem no pressuposto das relações sociais vinculadas ao território. Um segundo aspecto, como a religião e os valores estão associados à identidade do grupo. E, por fim, a relação de vínculo e tempo de permanência relacionada à história e à auto-gestão com a renda.

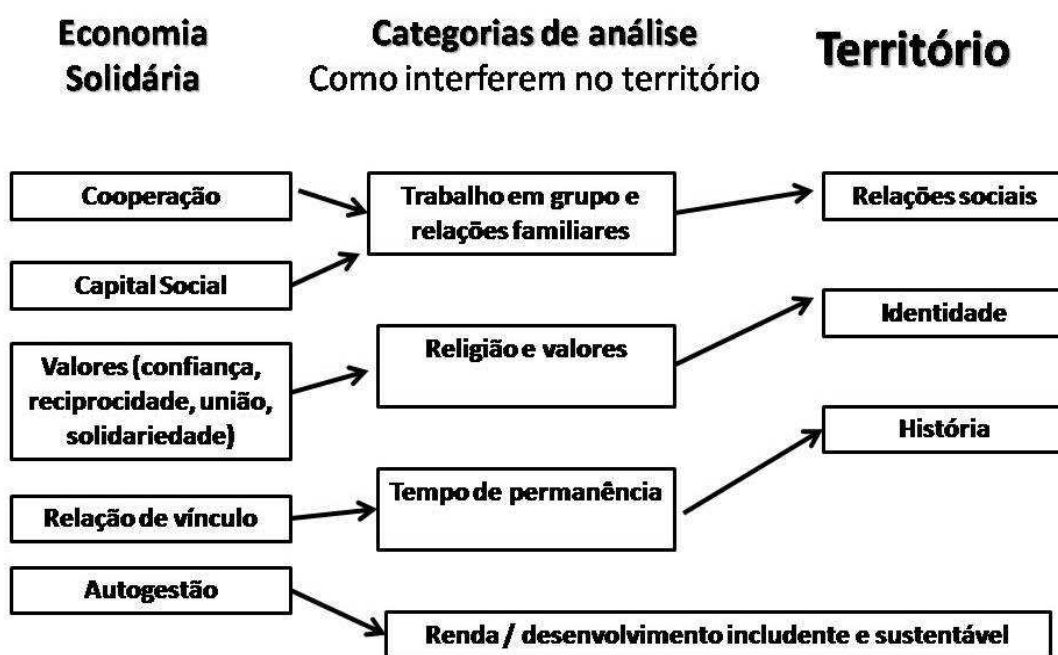


Figura 1: Esquema orientador para definição das categorias de análise

Fonte: elaborado pelos autores

A segunda etapa foi desenvolvida utilizando-se da pesquisa em documentos e entrevistas, no período de 10 a 30 de novembro de 2008. Os documentos, disponibilizados pela comunidade, consistem em atas de reuniões e outros relacionados à associação existente. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o presidente da comunidade com o objetivo de conhecer aspectos históricos da comunidade. Participaram como sujeitos da pesquisa as 32 mulheres

participantes do grupo de trabalho, com as quais foram realizadas entrevistas estruturadas em grupo para levantamento dos valores expressos e do grau de parentesco entre as mulheres da comunidade.

Como categorias de análise do trabalho, estabeleceram-se:

- (1) **Trabalho em grupo e relações familiares:** nele estuda-se como o grupo de mulheres da comunidade entende a cooperação e a ajuda mútua base da formação de seu capital social, e **relações sociais**.
- (2) **Religião e valores:** representam os tipos de religião e os valores predominantes no grupo e como eles estão ligados a uma **identidade**.
- (3) **História do grupo e tempo de permanência:** indica como alguns fatos históricos de pessoas da comunidade e o tempo de moradia na comunidade estabelecem a construção da **história** do território.
- (4) **Renda como referência da capacidade de desenvolvimento includente e autossustentável da comunidade.**

A verificação dessas categorias de análise é feita com fundamento em um estudo, a partir do resgate da história da comunidade, envolvendo o seu passado, os valores e as relações sociais, e de como esse passado interfere no presente e no processo de desenvolvimento local.

COMUNIDADE CÓRREGO DO AÇUDE: A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS

A comunidade Córrego do Açude, localizada no município de Ituiutaba, MG, possui 102 famílias, totalizando 315 pessoas, e encontra-se em um processo de desterritorialização, haja vista que, com a monocultura da cana-de-açúcar, várias famílias de trabalhadores rurais migraram para as cidades, por falta de trabalho no campo. Diante desse contexto, a comunidade optou por buscar novos arranjos socioprodutivos por meio da implantação de projetos de geração de trabalho e renda, focalizando, principalmente, o artesanato.

Com a conseqüente queda da renda, face ao aumento da ocupação do espaço com o plantio da cana-de-açúcar, a comunidade viu-se diante da necessidade de buscar alternativas que viabilizassem a manutenção e a sobrevivência das famílias em termos de condições sociais e econômicas. Assim, o artesanato configurou-se, aos olhos da comunidade, como um elemento-chave para a inserção de novos arranjos, envolvendo um grupo de mulheres, em sua maioria, casadas, que já trazem em sua história e no seu passado um conhecimento cognitivo do artesanato e habilidade para diversos tipos de trabalhos, seja na confecção de tapetes, bolsas, ou pinturas em tecido.

A seguir, apresentam-se as categorias de análise e o modo como interferem no território.

Categoria de trabalho em grupo e relações familiares vinculadas às relações sociais

Para compreender as relações sociais como categoria de análise dos territórios, buscou-se entender a cooperação e a ajuda mútua e base da formação de seu capital social por meio da avaliação do trabalho em grupo e das relações familiares dentro da comunidade e no grupo em questão.

Os valores solidários (Tab.1) como confiança, união, reciprocidade, solidariedade e cooperação instituem a base para as relações sociais da comunidade, e fortalecem o trabalho em grupo, confirmando a perspectiva de Granovetter (1985) quanto às relações sociais serem os principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica, mais que os dispositivos institucionais ou a moral generalizada.

A maioria (57%) das mulheres declarou possuir algum tipo de experiência de trabalho em grupo, obtida por meio da participação em reuniões e em grupos de trabalho relacionados à escola rural e/ou à realização de festas e eventos ao longo dos anos de comunidade. Ainda assim, 48% das artesãs reconhecem ter algum tipo de dificuldade de se relacionarem no trabalho em grupo.

A escola rural da comunidade abriga crianças e jovens, oferecendo ensino fundamental e médio. A comunidade realiza festas religiosas tradicionais, como por exemplo, a festa de Santos Reis, reuniões da associação dos moradores, além de eventos esportivos, tais como torneios de futebol, realizados na quadra de esportes da escola. Os torneios constituem-se em uma forma de arrecadar verbas por meio de sorteios, bingos e cobrança de taxas de inscrição de times para ações pontuais, relacionadas ora com a associação ora com a escola.

No grupo de trabalho para qualificação em artesanato, existem 32 mulheres que pertencem a 21 famílias. Nesse grupo percebem-se fortes laços de parentesco entre as famílias, conforme demonstrado na Tab. 1. No grupo existem somente 08 integrantes que não possuem relação de parentesco; todas as demais possuem algum tipo de parentesco, seja mãe-filha ou tia-sobrinha ou sogra-nora ou mais de um tipo, como, por exemplo, o caso de uma mãe que participa com suas duas filhas e possui uma cunhada no grupo.

Tabela 1: Relações de parentesco entre o grupo de artesãs

Relações de parentesco*		Quantidade
Mãe	Filha	5
Sobrinha	Tia	3
Irmã	Irmã	3
Sogra	Nora	2
Prima	Prima	2
Cunhada	Cunhada	1
Total de relações de parentesco		16
Não há relações de parentesco		8

Fonte: dados da pesquisa

No grupo (Tab. 1), que totaliza 21 famílias, 32 mulheres têm um laço familiar de parentesco, ou relações familiares altas, fator que tende a fortalecer os vínculos de confiança e de trabalho em grupo, confirmando o que Putnam (2000) afirma quanto ao fato de a confiança ser um fator essencial para a cooperação.

Categoria religião, valores vinculadas à identidade

Quanto à formação da identidade do grupo, verifica-se (Tab. 2) que a maior parte do grupo está vinculada a uma religião. Essa, juntamente com os vínculos familiares presentes na comunidade, tende a reforçar o caráter da identidade do grupo. Dentre outros aspectos importantes, observa-se na comunidade estudada uma forte participação dos grupos, seja em festas religiosas, seja em organização de jogos e festas, aumentando as participações cívicas. E, conforme Putnam (2000), aumentos de participações cívicas aumentam as regras de reciprocidade e levam a um sentimento de pertencimento.

Tabela 2: Distribuição percentual de adeptos a religião no grupo de artesãs

Religião	Percentual
Católica	71%
Evangélica	19%
Espírita	5%
Nenhuma	5%

Fonte: dados da pesquisa

Na dinâmica de grupo, propôs-se que cada integrante escrevesse em uma folha a sua interpretação em relação ao grupo de aprendizado e trabalho que estava se formando. No geral, identificou-se em cada folha de um a quatro valores escritos explicitamente ou subentendidos por meio da interpretação das breves redações. Esses valores foram agrupados e dispostos na Tabela 3, em cinco categorias: (1) oportunidade; (2) terapia; (3) aprendizagem; (4) união; e (5) lazer.

Tabela 3: Valores identificados no grupo

Valores	Percentual
Oportunidade	64%
Terapia	48%
Aprendizagem	28%
União	24%
Lazer	16%

Fonte: dados da pesquisa

Dois valores destacaram-se de forma significativa: oportunidade e terapia. O valor descrito como oportunidade foi evidenciado por 64% das artesãs. Trata-se

de vislumbrar uma possibilidade real das artesãs de se realizarem profissionalmente e criarem a sua própria renda. O valor aprendizagem apareceu em 28% nas citações, o que evidencia a aprendizagem da nova técnica de artesanato como fator importante para a oportunidade de trabalhar e gerar renda.

Em relação ao valor descrito como terapia, cuja ocorrência é de 48% dos casos, evidencia que a prática do artesanato (especificamente tapeçaria) leva a artesã a um estado de tranquilidade e de ocupação do tempo. A terapia também pode ser relacionada com o lazer, o que foi destacado por 16% das mulheres. Somente 24% das artesãs destacaram a união como um valor do grupo. Isso pode ser entendido como um alerta, pois a maior parte das mulheres entendem o grupo de caráter mais individualista, isto é, um local para aprender, trabalhar para ganhar dinheiro ou passar o tempo.

Categoria tempo de permanência vinculada à história

O terceiro princípio, história, é de grande importância para reforçar a noção de pertencimento da comunidade. A ideia de tempo é fundamental para o processo de territorialização. Para Zaoul (2006) o homem, como um animal territorial, se apega ao sentido local do mundo em que vive. Para caracterizar a história do território levantou-se o tempo que cada família vive na comunidade denominando-o como tempo de permanência proposto na Tabela 4. Pode-se observar uma estratificação em quatro unidades temporais, isto é, famílias que vivem na comunidade de 06 meses a 06 anos, de 06 anos a 15 anos, de 15 a 25 anos e acima de 25 anos. Cabe ressaltar que esses dados representam o tempo de moradia dos chefes das famílias, visto que houve muitos nascimentos nos últimos 15 anos. Um dado representativo é que 17 das 21 famílias estão na comunidade há mais de 06 anos, e 10 das 21 famílias vivem e construíram suas histórias há mais de 15 anos.

Tabela 4: Distribuição da quantidade de famílias por tempo de permanência na comunidade

Tempo de permanência na comunidade (anos)	Quantidade de Famílias
Acima de 25	5
De 15 a 25	5
De 6 a 15	7
De 0 a 6	5

Fonte: dados da pesquisa

Conforme relato de uma artesã, em um trabalho escolar dos estudantes da 8ª série, foi solicitado que os mesmos entrevistassem os habitantes mais antigos da comunidade e lhes perguntassem sobre suas histórias de vida. Uma das

estudantes, filha do presidente da comunidade, fez uma redação a partir da entrevista com o seu avô, que chegou na comunidade na década de 60.

Foi no ano de 1965 que eu vim morar aqui. Era o lugar ideal. Aqui as terras eram férteis, havia fartura na lavoura e com as criações. (...) Os anos foram passando e hoje tem 14 anos que estou viúvo. Moro no mesmo lugar com meu filho, nora e netos. A região está bastante diferente. Todos estão mudando para a zona urbana. As terras já não estão mais férteis como eram antes, as pragas aumentaram. O que predomina é a plantação de cana (...)" . (Texto extraído da redação de uma estudante, da 8ª. série da Escola Rural)

No texto destaca-se que o avô da estudante veio morar na comunidade há mais de 40 anos e, nela, casou e constituiu família. Seu filho, atual presidente da comunidade, também casou e constituiu sua família na comunidade. Vale ressaltar a ênfase do avô da estudante no êxodo rural à medida que o plantio de cana se estabelecera na região.

Categoria renda

A categoria renda evidencia o processo de desenvolvimento includente e autossustentável da iniciativa de geração de trabalho e renda no grupo de artesãos da comunidade. Os dados refletem uma situação anterior ao início da venda dos produtos gerados pelas mulheres, isto é, a renda está relacionada somente às atividades anteriores ao projeto de economia solidária.

De modo geral, observa-se que a renda mensal *per capita* do grupo de artesãos é de R\$ 242,70 (duzentos e quarenta e dois reais e setenta centavos). Além disso, seis famílias recebem o benefício bolsa-família e duas possuem aposentados como beneficiários.

Um dado relevante está explicitado na Tab. 5. Trata-se da participação do ganho do chefe da família na receita total da família. Como evidenciado na Tabela 5, em 11 das 21 famílias, somente o chefe é responsável pela receita, isto é, os outros membros dessas famílias não possuem renda, nem benefícios.

Tabela 5: Participação do chefe da família no total da receita da família

Participação do chefe da família no total da receita	Número
100% da receita total	11
de 50% a 75% da receita total	6
até 49% da receita total	4

Fonte: dados da pesquisa

Outras fontes não contabilizadas na pesquisa estão relacionadas aos meios de subsistência que podem ser gerados no meio rural. Nesse sentido, evidencia-se

que todas as famílias possuem algum tipo de árvore frutífera em sua terra (mais de seis tipos de árvores, em média). Além disso, 86% das famílias criam algum tipo de animal para sua subsistência, entre eles aves, suínos e bovinos. O fator relevante é que somente 33% dessas famílias declararam que os animais que criam são vacinados, conforme o calendário oficial para vacinação.

O processos de implantação de um novo arranjo socioprodutivo, via economia solidária na comunidade (FRANÇA FILHO; 2006; ORTEGA, 2008), se dá pelo grupo de mulheres que estão passando pelo processo de aprendizado na técnica de tapeçaria. O início do projeto se deu em junho de 2008. E desde essa data, houve encontros frequentes aos sábados usando-se como ponto de referência as salas de aula da escola rural da comunidade. Foram feitas palestras e dinâmicas, além das aulas específicas de tapeçaria, destacando-se o risco na tela, ponto cruz, ponto cruz duplo, acabamentos, além de outras técnicas como tecelagem com agulha *smirna*.

O grande fator motivador das mulheres está na busca de um complemento para a renda familiar. Isso pode ser verificado no trecho extraído da entrevista com o presidente da comunidade, em que se destaca o fator de empoderamento das mulheres, inclusive da sua esposa que faz parte do grupo.

Os pequenos produtores têm opção mínima. Leite só. Para as mulheres tem mais dificuldade ainda. A dificuldade que elas estão tendo para manter o seu corpo, roupa, calçado é muito difícil porque os esposos vendem pouco leite. Esse leite é a conta de manter a boca. A gente tá percebendo que elas por si próprias já tão procurando aprender uma profissão para ajudar o esposo. Elas já estão reconhecendo que os esposos já não estão dando conta de manter as necessidades que tem uma casa. (Entrevista com presidente da comunidade)

Mapeando o território: história, identidade e relações sociais

Chama a atenção o fato de que, durante esse período de formação do grupo de artesanato, várias artesãs indicaram que a oportunidade do aprendizado apresenta-se como uma forma de atingir um *status* igual ao dos homens. Isto é, as artesãs desejam ter seu trabalho valorizado como artesãs e não somente como esposas responsáveis pelo lar. Em síntese, não querem ser menos que os homens, nem mais: elas querem ser tratadas como iguais.

Evidencia-se, no estudo, a forte presença do capital social e da confiança nesta comunidade que, nas palavras de Moyano-Estrada (1999, p.16): "O capital social e a confiança são os óleos das juntas econômicas, garantindo a presença da dimensão social nos fenômenos abordados pela economia, e o mercado não é a única forma de organizar as transações nas sociedades atuais." A reciprocidade e a redistribuição continuam a coexistir com o mercado. A comunidade rural Córrego do Açude parece possuir tanto o capital social como a confiança e a reciprocidade entre seus membros.

Pensar a confiança e a reciprocidade, como formas de integração social, equivale a definir as sociedades existentes como sociedades em crise ou em mutação acelerada (SINGER, 2002), necessitadas de um elemento de aglutinação, capaz de revitalizar a participação, fomentar a solidariedade e desenvolver o sentido de comunidade.

Recorrendo ao esquema orientador que define as categorias de análise do presente estudo, vislumbra-se como um empreendimento solidário influencia o processo de territorialização de uma comunidade. Os fundamentos da economia solidária entrelaçam-se com a NSE, na sustentação das categorias de análise que, por sua vez, influenciam o território sob o ponto de vista de sua identidade, de sua história e de suas relações sociais.

Constata-se um processo de desterritorialização a partir de dois movimentos: a falta de incentivo do governo para os produtores rurais e o arrendamento das fazendas para as usinas de cana-de-açúcar (ORTEGA, 2008). Nesse sentido, em caminho contrário, está havendo um processo de territorialização por meio de iniciativas locais que se enquadram no universo das trajetórias inesperadas, tendo como ideia guia o artesanato. Essas iniciativas tendem a fortalecer o território (REIS, 2007). A partir da associação de mulheres pode se criar um movimento incluyente e, ao mesmo tempo, propiciar condições de desenvolvimento local e sustentável, e a construção territorial pressupõe um projeto (pacto territorial) que visa impulsionar um projeto de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo passou pela possibilidade de novas alternativas ao pensar a economia como uma ciência que avance não apenas pelos laços estreitos do individualismo de mercado, do interesse próprio, da instrumentalização das ações, em que o avanço da globalização deixa um grande número de sujeitos à margem do caminho, o que tem permitido uma crescente massa de excluídos e desempregados, sendo esses agentes os que estão situados no universo da não globalização.

Esta pesquisa parte da noção de que o universo global cria trajetórias inesperadas. Particularmente aquelas que, sem excluir ou ser localmente não sistêmico, seja tão universal como a globalização, mas parta de contextos próprios (locais), e tenha capacidade de criar a sua própria trajetória. Nesse universo, podemos situar o objeto de estudo: uma comunidade rural que busca alternativas de autossustentação através do artesanato como ideia-guia, tendo como objetivo principal a autogestão, a autonomia, e a inclusão. Essas experiências estão assentadas em traços constitutivos de solidariedade; cooperativismo; mutualismo; e autogestão, conformando uma racionalidade específica, distinta da baseada apenas na lógica do mercado e do lucro.

Este grupo traz, intrinsecamente, uma forte base social, proximidade, afetividade, alto grau de parentesco e amizade, confiança, além de um alto capital

social. Essas características fortalecem as relações sociais e reforçam a identidade do grupo de forma particular e, da comunidade, de forma geral.

O estudo evidenciou que as dimensões sociais envolvidas dentro desta comunidade, tendem a reforçar o território como um lugar em que há construção local a partir da história, das relações sociais e da identidade. Esta noção de lugar e de que a comunidade constitui um território é reforçada pela forte noção de pertencimento das pessoas com essa comunidade e com o forte vínculo de enraizamento local.

A contribuição deste estudo reside no fato de trazer à tona a importância de comunidades locais para o desenvolvimento regional e territorial, a partir do momento em que se afasta da lógica de mercado capitalista e alinha-se com os pressupostos da economia solidária. Além dessa contribuição, espera-se que o mesmo amplie os trabalhos em comunidades locais que, a exemplo dessa, têm experiências, identidades e motivos para construir sua história.

Weaving New Social Arrangements: a Study of the Impact of a Solidarity Enterprise in the Rural Community "Córrego do Açude" in Ituiutaba/MG

ABSTRACT

The emergence and the probate of Supportive Economy have been taking place in several sectors such as education, health, transportation, all of them with the objective of promoting public interest actions. França Filho (2002) says that the supportive economy and the social economy, concepts that arise in the European context, particularly French, are based on the experiences of community initiatives capable of generating alternative ways of public action, without constituting itself neither in a capitalist organization nor in a State action. This article analyses the influence of these new social productive arrangements in the context of supportive economy that contributes to the territorialization process of a community under the standpoint of its identity, history and social relations, according to some evaluation parameters present in supportive economy projects. It is a qualitative nature research using quantitative resources. It uses a study case from the rural community of Córrego do Açude in Ituiutaba, Minas Gerais, as an illustration. The data collection was made through interviews with community members and documents made available by the mentioned community. From the analysis of four categories, the results points that the elements of supportive economy had influenced the territory as much as aspects of its history, social relationships and identity.

Key-words: Supportive Economy. Social Relationships. Values.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.
- ANDION, C. A gestão no campo da Economia Solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n.1, p.79-101, 2005.
- BEGATTINI, G. Os Distritos Industriais na Itália. In: COCCO, G., URANI, A.; GALVÃO, A.P. (Orgs) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.
- BRANDÃO, C.A. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: Ortega, A.C. e Almeida Filho, N. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas, Editora Alínea, 2007.
- FRANÇA FILHO, G. C., A Economia Popular e Solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.C. et al.(Org.), **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre-Salvador: EDUFRGS/EDUFBA, 2006.
- _____. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia. Análise e Dados**. Salvador, SEI, V.12, N.1, p.9-19, junho/2002.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.
- GUNTHER, H. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão? **Psicologia – Teoria e Pesquisa**. V.22, n.2, p. 201-210, 2006.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- LAVILLE, Jean-Louis. Le Tiers Secteur. Un objet d'étude pour la sociologie économique. **Sociologie du Travail**. n.42, p. 531-550, 2000.
- LEVESQUE, B. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a Economia no Sentido do Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v.47, n,2, p. 49-60, 2007.
- MOYANO-ESTRADA, E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. **Revista Economia Ensaio**, Uberlândia, vol 13-14, 1999.
- ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos. Os desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea, 2008.
- Ortega e Sabel (2007)??
- POLLANY, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PUTNAM, R. D. Capital Social e Desempenho Institucional. In: _____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2.Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

QUINTELA, M.; ARRUDA, S. A Economia a partir do coração. In: SINGER, P; SOUZA, A R. de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

REIS, J. **Ensaio de Economia Impura**. Coimbra: Edições Almedina, 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SWEDBERG, R. "A Nova Sociologia Econômica: O que já se atingiu, o que seguirá?" In: MARQUES, R.; PEIXOTO (orgs.). **A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia**. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a Ideia de Sociologia Econômica**. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora UFRJ/Beca Produções Culturais, 2005.

VASCONCELOS T A C.A Economia Solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. v 1, 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2ed.). Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAOUL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais. Uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.